



O TRABALHO DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA NA PANDEMIA, NO TERCEIRO MUNDO, SOB UMA VISÃO MILTONIANA

Sebastião Pinheiro Gonçalves de Cerqueira-Neto ¹

RESUMO

Não há dúvidas de que o período pandêmico que estamos vivenciando por causa da Covid-19 provocou mudanças nas relações em todos os setores da sociedade. O ambiente escolar adotou o ensino virtual, mesmo com professores despreparados tecnologicamente para um novo modelo de ensino e de comunicação com seus alunos. Assim, as escolas, em todas as esferas de governança, mostraram que além da carência de infraestrutura básica, algumas delas sequer possuíam uma rede de internet capaz de auxiliar professores e alunos. Esse texto traz as percepções de dois professores de geografia do Instituto Federal da Bahia - Campus Porto Seguro, norteadas pela visão crítica elaborada por Milton Santos no que diz respeito à relação entre território e educação.

Palavras-Chave: Pandemia. Educação. Milton Santos. IFBA – Porto Seguro. Território.

ABSTRACT

There is no doubt that the pandemic period we are experiencing because of Covid-19 has brought about changes in relationships in all sectors of society. The school environment adopted virtual teaching, even with teachers technologically unprepared for a new model of teaching and communication with their students. Thus, schools, in all spheres of governance, showed that, in addition to the lack of basic infrastructure, some of them did not even have an internet network capable of helping teachers and students. This text brings the perceptions of two geography professors from the Instituto Federal da Bahia - Campus Porto Seguro, guided by the critical vision elaborated by Milton Santos regarding the relationship between territory and education.

Keywords: Pandemic. Education. Milton Santos. Porto Seguro- IFBA. Territory.

¹ Professor de Geografia no Instituto Federal da Bahia/Campus Porto Seguro. Licenciado em Geografia pela UNITINS, 1996. Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia, 2001. Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe, 2009. Pós-Doutorado pela Universidade de Coimbra, 2015. E-mail: cerqueiraneto.mg@gmail.com e sebastiaocneto@ifba.edu.br



INTRODUÇÃO

Quem está familiarizado com a obra do Prof. Milton Santos identificará no título deste artigo semelhança com uma de suas mais importantes obras, *O trabalho do geógrafo no terceiro mundo*. De acordo com Dantas e Tavares (2011, p.139) “é a partir dessa obra que Milton Santos começa a lançar vários elementos que serão aprofundados em livros subsequentes”. De maneira específica, essa obra de Milton Santos não faz nenhuma menção à questão da educação, contudo, ela mostra as dificuldades e uma gama de variáveis que o geógrafo encontra para analisar um determinado território e sua dinâmica. Dessa forma, inspirados nesse livro de Milton Santos, iremos apresentar algumas inquietudes que permeiam as nossas atividades enquanto professores de geografia em um país que, apesar de estar sempre figurando entre as vinte maiores economias do planeta, mostrou nessa pandemia que ainda é um país em desenvolvimento.

Tendo o Instituto Federal da Bahia (IFBA), Campus Porto Seguro, como laboratório para a elaboração desta reflexão que se traduz em nossas angústias, sobretudo, como professor, é fundamental destacarmos algumas características do território onde estamos inseridos, sendo que neste trabalho utilizaremos o conceito de território de Santos e Silveira que dizem:

A noção de território de que nos utilizamos, e essa observação preliminar é indispensável, não vê o território apenas como um quadro em branco, onde a sociedade se instala e busca produzir uma história. Nós o vemos como algo já preenchido por pessoas e objetos, historicamente constituídos, integrado com a natureza, bruta ou trabalhada, constitui o quadro da vida a que ninguém escapa. Assim, o território usado – e não o território em si mesmo – constitui um ator essencial da vida social. (SANTOS; SILVEIRA, 2000, p. 11)

Dessa forma, Porto Seguro, conhecido como um dos melhores destinos turísticos do mundo, abriga em seu território de 2.287,085 km² residuais de Mata Atlântica múltiplas realidades: diversidade cultural dos seus moradores; contexto histórico importante para compreensão do processo de colonização do país; comunidades indígenas resistentes ao processo de globalização no que concerne à preservação da sua



cultura; setor econômico diversificado tanto urbano quanto rural, inclusive, com o agronegócio e a silvicultura do eucalipto com fortes influências econômicas; organização político-administrativa com a sede e os outros distritos apresentando diferentes graus de urbanização; sociedade extremamente desigual socioeconomicamente.

É nesse último vetor, a desigualdade socioeconômica, que vamos centrar nossa análise, mormente, porque o IFBA recebe adolescentes das mais diferentes camadas socioeconômicas do município, o que conseqüentemente interferiu em toda a dinâmica da instituição, desde o departamento que organiza burocraticamente a vida acadêmica do aluno até a atuação do professor numa nova configuração de ensino.

Evidentemente que “vemos a realidade através da ótica de nossa ideologia, de nossa metodologia, de nossa visão global do mundo. Por isso, a mesma realidade pode prestar-se a diferentes interpretações” (SANTOS,1991, p.1). Portanto, a nossa percepção também não deverá ser compreendida como uma análise que sirva a todos os professores, pois, por exemplo, professores colegas da área de tecnologia se sentiram à vontade ao usarem algumas ferramentas para lecionarem suas disciplinas.

Milton Santos, professor universitário, cientista de produção intelectual relevante, obteve reconhecimento por sua atuação na renovação da geografia do Brasil no século XX e ainda por produzir reflexões sobre a diversidade da dinâmica espacial em diversos lugares do mundo. Ao completar 20 anos de sua morte no ano de 2021, esse texto aborda um assunto que foi tão caro para o geógrafo quanto suas preocupações com as desigualdades socioeconômicas desde a escala local até a global: a educação.

MILTON SANTOS E MARIA LAURA SILVEIRA: UMA CONTRIBUIÇÃO TEÓRICA PARA COMPREENDER A RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO E TERRITÓRIO

A discussão sobre a influência das instituições educacionais e suas dinâmicas espaciais vem despertando o interesse de pesquisadores, ocupando cada vez mais espaço nos seminários acadêmicos, congressos e publicações sobre o assunto. Santos e Silveira (2000) elaboraram reflexões que demonstram a relação direta entre a educação e o



território na produção de novas dinâmicas, inclusive, na dinâmica econômica tão pouco abordada como causa da implantação de instituições de ensino nos territórios. Em países como o Brasil, onde a educação e ciência são tratadas como vetores secundários, o desenvolvimento econômico é estudado, acima de tudo, a partir da chegada de grandes empreendimentos.

A importância de trazer Milton Santos para este tipo de reflexão reside no fato de que contribuíram de forma decisiva para um melhor entendimento da articulação entre a educação e as categorias geográficas espaço/território/região e suas múltiplas escalas. A Geografia, por ser a ciência que estuda o espaço e suas complexas articulações multidimensionais, tem dado sua contribuição nesse debate, visto que cada vez mais geógrafos elaboram reflexões e direcionamentos sobre a educação e a institucionalização de novos arranjos territoriais e seu reatamento no desenvolvimento local e regional. Conforme Milton Santos e Maria Laura da Silveira, o que se pretende discutir

“não é a análise de um pedagogo, mas o estudo geográfico do fenômeno da Educação [...] pretende ser, ao mesmo tempo, uma visão estática – como as coisas são – e uma visão dinâmica, isto é, o processo. Uma e outra poderão nos ajudar, de alguma forma, a enxergar a tendência. (SANTOS; SILVEIRA, 2000, p. 11).

Em um contexto no qual os espaços estão cada vez mais impregnados pelas especializações técnicas, científicas e informacionais, são crescentes a procura da sociedade por conhecimento, qualificação e ensino. Nesse sentido "o território brasileiro cria demandas educacionais, isto é, cria necessidades de formação de pessoas nos lugares" (SANTOS; SILVEIRA, 2000, p.12) que de maneira geral, impõe sua lógica à dinâmica educacional nos diversos níveis de ensino. Contudo, uma lógica que vai privilegiar os lugares luminosos. Por essa razão, a história da educação no território poderá ser contada como uma história de ausências e presenças, no espaço nacional, dos atores responsáveis por essa atividade (SANTOS; SILVEIRA, 2000, p.12). Por exemplo, as áreas de produção econômica, ciclo da cana de açúcar e ciclo do ouro, condicionaram a formação dos primeiros núcleos urbanos localizados nas regiões litorâneas e, conseqüentemente, os primeiros estabelecimentos de ensino. À medida que



foram se consolidando as estradas, ferrovias, energia elétrica, abastecimento de água, equipamentos e sistemas de infraestrutura, houve uma interiorização da economia, acompanhada do surgimento de novas escolas. Diante disso, a combinação dos fatores propiciou “a localização do poder político-administrativo e a centralização correspondente dos agentes e das atividades econômicas que criou as primeiras necessidades de contar com escolas [...]” (SANTOS e SILVEIRA, 2000, p. 15). Portanto, o início da ocupação e formação territorial, atrelado às primeiras formas urbanas e à produção voltada para exportação deram uma configuração inicial da oferta de escolas e cursos no território brasileiro.

O que podemos perceber de fato é que cada evolução dos ciclos econômicos, demandava mecanização e melhorias de técnicas na produção, por conseguinte, aumentava a busca por conhecimento técnico, principalmente, aqueles ligados aos sistemas de engenharia. "Aos saberes universais acrescentam-se, desse modo, os saberes técnicos que povoaram já não somente o litoral, mas, sobretudo, áreas interioranas especializadas e voltadas para um mercado exterior" (SANTOS; SILVEIRA, 2000, p.18).

Já no século XX, o território brasileiro foi redesenhado sob as marcas da mecanização do setor agrícola que passou por um processo de industrialização. A evolução das redes de infraestrutura e transporte, a crescente integração dos mercados, as novas polarizações urbano-regionais e novos meios de comunicação e informação, junto às dinâmicas populacionais rural-urbano, contribuíram para uma concentração espacial socioeconômica no eixo centro-sul do território. “O anseio pelo acesso à educação foi, certamente, um dos móveis principais desses movimentos da população” (SANTOS; SILVEIRA, 2000, p.22).

A difusão das instituições educacionais e do ensino superior entre os anos de 1950 e 1970 foi significativa, consequência do processo de urbanização do território brasileiro e do crescimento da demanda educacional. Essa expansão vertiginosa está relacionada ao aumento significativo de instituições públicas e privadas e de cursos ofertados no ensino superior.

Santos e Silveira (2000), também fazem menção relevante ao período técnico-científico no Brasil. A intensificação do modelo capitalista internacional, pautado pela



ideologia da racionalidade e de modernização, supera o setor privado e adentra no setor público, ocasionando uma expansão sem precedentes das empresas multinacionais. “A ideologia do consumo, do crescimento econômico e do planejamento foram os grandes instrumentos políticos e os grandes provedores das ideias que iriam guiar a reconstrução ou a remodelação dos espaços nacionais [...]” (SANTOS; SILVEIRA, 2000, p. 26). A revolução dos transportes e das telecomunicações, com estabelecimento de redes mais densas e modernas, possibilitou condições de fluidez do território. Fluidez potencial, representada pela infraestrutura e uma fluidez efetiva, significada pelo seu uso.

Outros aspectos desses arranjos territoriais no Brasil são: desenvolvimento do capitalismo agrário; expansão das fronteiras agrícolas; produção industrial extrovertida; maior penetração das empresas transnacionais; expansão da indústria dinâmica; incremento da exportação; aumento do setor terciário; especialização territorial; internacionalização dos processos de produção; tendência à concentração e centralização da economia; dependência dos centros avançados do sistema mundial. E nesse cenário, o Estado, para se manter, é” obrigado a implementar políticas que priorizam as grandes empresas e corporações em detrimento de uma política de massas. “Nesse período, impõe-se uma grande ruptura. Importantes capitais fixos são adicionados ao território, em dissociação com o meio ambiente e com a produção. O capital comanda o território, e o trabalho, tornado abstrato, representa um papel indireto. Por isso, as diferenças regionais passam a ser diferenças sociais e não mais naturais. (SANTOS; SILVEIRA, 2000, p. 29)

Paralelo a tudo isso, ocorre o aumento da demanda por novas qualificações profissionais. “[...] o ensino superior realiza uma verdadeira conquista do território brasileiro.” (SANTOS; SILVEIRA, 2000, p. 30) como também a difusão geográfica e social do ensino. De modo que todas as regiões conhecem a difusão do ensino, sobretudo superior, mas essa expansão não é homogênea.

As bases para a consolidação do meio técnico-científico-informacional se estabelecem no território brasileiro, conformando a inserção no mercado global. “Este novo meio é a cara geográfica da globalização” (SANTOS; SILVEIRA, 2000, p. 31). Os grandes sistemas técnicos favorecem a fluidez espacial que passa a ser cada vez mais relevante, dando suporte a uma produção em todas as instâncias mercadológicas. Os



sistemas de engenharia são projetados de forma integrada, as redes materiais e imateriais são tecidas com a perspectiva de convergir determinados agentes de determinadas regiões do território. Essa seletividade na expansão do meio técnico-científico-informacional ocasiona uma divisão social e territorial do trabalho, deixando-a cada vez mais complexa. Entretanto, em todos os casos, a demanda por ensino e qualificação aumenta e a oferta se aproxima das especializações produtivas dos lugares. Nessas circunstâncias, acessibilidade e localização dos bens e serviços, espalhados desigualmente pelo território, seguem uma lógica do mercado, mas podem ser modificadas por uma ação pública, minimizando os efeitos das compartimentações e exclusões de certas fatias da sociedade.

A partir disso, o que se tem é uma expansão significativa do ensino superior no território brasileiro, especialmente, no sistema particular. Todas as regiões brasileiras passaram por essa ampliação da rede particular de ensino superior, porém com desigualdades. As “fronteiras educacionais” estão centradas nas áreas mais dinâmicas economicamente, ou seja, em ilhas representadas pelas capitais dos estados, nas metrópoles, e, principalmente, no eixo Centro-Sul do país.

A diversidade de atividades econômicas, dos serviços, de instituições modernas reflete em novos conteúdos para o ensino, novos saberes técnico e científico. “A natureza dos cursos permite, assim, elaborar uma geografia do ensino que, de um lado, participa da remodelação do território e, de outro, é por esse mesmo território condicionada” (SANTOS; SILVEIRA, 2000, p. 48). Percebe-se assim, em evidência, uma concentração e especialização dos cursos em áreas metropolitanas. Essas regiões, caracterizadas pela densidade de ciência, técnica e informação, conseqüentemente, demandam por saberes especializados alinhados com tecnologia, informática, engenharia, robótica, assim como áreas ligadas à saúde.

Como a metrópole fornece uma multiplicidade de ofertas de ensino, poder-se-ia dizer que existe uma “metropolização” da educação. A metrópole permite assim, qualitativa e quantitativamente, multiplicar as tipologias de cursos e o seu número, autorizando, também, através de sua concentração, a multidisciplinaridade e a qualidade dos cursos (SANTOS; SILVEIRA, 2000, p. 49).



Com a oferta de cursos centralizada nas áreas mais urbanizadas e densas de atividades econômicas, ocorre uma redução de custos educacionais com um atendimento maior para a população. Outro aspecto a ser considerado é que os cursos ofertados acabam por influenciar a dinâmica local e seu entorno, pelo oferecimento de conteúdos e saberes vinculados às instituições econômicas modernas. “É na produção e funcionamento de um espaço impregnado de técnica, ciência e informação que a qualificação das pessoas se torna decisiva, e as demandas pelo ensino são crescentes” (SANTOS; SILVEIRA, 2000, p. 49).

Dissertando ainda sobre a geografia do ensino superior, ressaltamos a tensão do jogo dialético entre a homogeneização de determinados saberes e a especialização de outros, de acordo com os lugares.

O ensino se desenvolve e suas ofertas ajudam a configurar o território. É, sobretudo, a vocação de homogeneização dos saberes que leva à expansão de uma fronteira educacional [...]. Paralelamente, segundo as necessidades de especialização territorial, dão-se concentrações diferenciais dos cursos. São os lugares reclamando diferenças ou, em outras palavras, o território utilizado localmente pela sociedade, impondo topologias educacionais diversas (SANTOS; SILVEIRA, 2000, pp. 54 - 55).

Nesse jogo, educação e território, reconfiguram os saberes. De um período de saberes universais e de saberes práticos, avança-se para uma época de saberes técnicos, pois tanto a “produção como o território se tecnificam”.

[...] com o domínio da técnica e da ciência, a ampliação dos consumos, o papel da informação e da organização e o poder das finanças criam a necessidade desses saberes científicos, técnicos, informacionais, no território como um todo, mas com marcantes especializações nos lugares. Em todos os períodos, a lógica do fenômeno educativo tem estreita relação com a própria lógica do fenômeno territorial (SANTOS; SILVEIRA, 2000, p. 55).

Confirma-se assim, o que denominamos como influências recíprocas entre educação e território. Santos e Silveira percebem que a questão central, é que há

Um imperativo territorial na produção de educação. Essa ideia, entretanto, não é suficientemente utilizada nas tarefas de planejamento educacional. Esse imperativo permite pensar que há uma relação biunívoca entre educação e território. A Educação, atividade econômica e social de peso, tem, por isso, papel fundamental na caracterização do espaço nacional; este, por sua vez, em função das



suas características regionais e locais, influi sobre a natureza da atividade educacional (SANTOS; SILVEIRA, 2000, p.57).

A expansão desigual das instituições de educação nos diversos níveis de ensino, tanto em quantidade como em qualidade, se relaciona com a dialética entre território e educação. Municípios, Estados, Regiões, possuem particularidades econômicas, sociais, culturais, políticas e ambientais, que são características relevantes para o entendimento das desigualdades geográficas do fenômeno educacional. De maneira geral, isso fica mais evidente no ensino superior, pois, percebe-se uma densidade maior de estabelecimentos de ensino, de alunos e professores em áreas mais dinâmicas, principalmente, atrelados às especializações econômicas produtivas. Por outro lado, tornar-se perceptível uma maior rarefação de instituições de ensino em regiões que não possuem atrativos econômicos. Nessa perspectiva, pode-se associar, em via de mão dupla, especializações produtivas e especializações educacionais.

Haveria, assim, uma dupla ação simultânea, reveladora da relação entre fenômeno educacional e fenômeno territorial. Dá-se, de um lado, a construção de topologias dos estabelecimentos de ensino sobre um dado espaço, enquanto, de outro, revela-se a força desse espaço na constituição de uma dada topologia. (SANTOS; SILVEIRA, 2000, p.57).

Diante do exposto, mesmo sendo instituições com pouco tempo de existência, o Instituto Federal da Bahia, que existe desde 1910, mas que atendendo à Lei 11.892/2008 passou a operar como rede social a partir de então e com a função de interceder na construção de um país soberano, e a Universidade Federal do Sul da Bahia, criada pela Lei 1.818/2013, são vetores atuais que vão desenvolver novas configurações sociais, culturais, econômicas no território de Porto Seguro.

PORTO SEGURO: UM LUGAR LUMINOSO COM LINHAS ABISSAIS

O território de Porto Seguro é um retrato do que acontece com um número considerável de cidades brasileiras, que possuem riquezas, mas convivem com ambientes de pobreza. No que se refere à educação, tema central desta reflexão, o



território é privilegiado, pois, é incomum no país uma cidade com pouco mais de 150 mil habitantes ter duas instituições federais de ensino: Instituto Federal da Bahia e a Universidade Federal do Sul da Bahia – UFSB. Para Santos e Silveira (2000, p.65) “as localizações educacionais constituem uma questão geográfica, uma questão econômica e uma questão propriamente educacional”. Dessa forma, Porto Seguro, sendo um importante polo turístico do país e, portanto, extremamente visibilizado, com essas duas instituições federais se configura também como um território luminoso na questão educacional.

As linhas abissais cada vez mais alargadas podem ser representadas pelas dificuldades de acesso à tecnologia dos alunos do IFBA nesse período de pandemia e aqui nesse tópico está nossa contribuição empírica apresentada em forma de relato de experiência do que vivemos e ainda estamos vivendo dentro de uma angústia educacional tanto por parte dos alunos quanto por parte dos professores.

Mesmo em situação de normalidade alguns alunos enfrentam dificuldades para se deslocar de casa até à escola. Alguns alunos do IFBA – Campus Porto Seguro que moram em distritos da cidade enfrentam estradas esburacadas, falta de linha regular de ônibus e com horários sacrificantes tanto para a ida ao instituto quanto para o retorno para casa. Com a pandemia houve um confinamento parcial da comunidade escolar e assim, se por um lado os alunos não precisaram usar os meios de transporte para se locomoverem, por outro lado sentiram a sensação do isolamento ocasionado pelo ensino online. Isso se deve ao fato de que

Em nosso país, o acesso aos bens e serviços essenciais, públicos e até mesmo privados é tão diferencial e contrastante, que uma grande maioria de brasileiros, no campo e na cidade, acaba por ser privada desses bens e serviços. Às vezes, tais bens e serviços simplesmente não existem na área, às vezes não podem ser alcançados por questão de tempo ou de dinheiro (SANTOS, 2020, p.139).

Esse cenário deficitário que o Prof. Milton Santos traça do nosso país em relação à prestação de serviços, acontece em Porto Seguro na totalidade do seu território. No IFBA, temos alunos que moram em distritos, em bairros onde a conexão à internet ofertada pelas companhias é de qualidade duvidosa ou mesmo não existe. De acordo com Santos (2020, p.141) “a localização das pessoas no território é, na maioria das



vezes, produto de uma combinação entre forças de mercado e decisões de governo”. Logo, esses lugares podem ser caracterizados como opacos e demarcados por linhas abissais, o que faz com que os alunos e toda a sua comunidade se tornem invisíveis. E, ao contrário, a parcela privilegiada de alunos que mora no centro, em bairros privilegiados, aproveitará de toda infraestrutura que um lugar luminoso pode oferecer aos seus habitantes.

O ENSINO DE GEOGRAFIA NA PANDEMIA

Ao decidir que haveria aulas e atividades remotas, o IFBA ofereceu tablets e chips para que os alunos, principalmente os mais carentes economicamente, pudessem ter acesso à internet e assim participarem das aulas, das atividades síncronas e assíncronas e das reuniões. Todavia, mesmo com essa atitude louvável da instituição, os alunos que moravam na área rural ou em bairros desprovidos de infraestrutura não foram contemplados amplamente com o acesso à internet e não puderam participar das aulas. Outrossim, vale ressaltar que mesmo os professores com acesso à internet em suas residências, por várias vezes não conseguiram ministrar uma aula contínua devido à falha na conexão com a internet.

Desde que deixou de ser estigmatizada como uma ciência inútil, caracterizada dessa forma injusta por ser ministrada de forma “decoreba” e, portanto, desinteressante para os alunos, a geografia é reconhecidamente uma ciência que contribui para explicar o mundo em que vivemos, muito em função de uma postura de estudar a dinâmica territorial incluindo seus aspectos físicos e humanos.

Os professores de geografia do IFBA em Porto Seguro ofertam a disciplina tanto de forma teórica quanto prática, objetivando mostrar aos alunos como a matéria pode ser aplicada, por exemplo, no planejamento do território. Contudo, com a adoção do ensino online na pandemia, a parte prática, que coloca os alunos fora de sala de aula e em contato com a sua realidade, ficou toda comprometida. E por mais que os professores tentassem ser criativos, não há como substituir o trabalho de campo nas aulas de geografia. Diante desse cenário, os docentes ficaram receosos mediante à possibilidade do retorno de críticas que minimizassem a ciência geográfica.



Portanto, seja o ensino da geografia voltado para a compreensão da dinâmica da natureza ou para uma análise crítica e de caráter mais humanista de um determinado território, a atividade extraclasse é fundamental para que a geografia seja compreendida como uma ciência útil para a vida das pessoas. Aliás, os estudos geográficos são imprescindíveis e colaborativos em diversas áreas do conhecimento: a vacina é inventada dentro dos laboratórios, mas as características ambientais são vetores importantes para avaliar seus efeitos; o lançamento de um foguete depende da compreensão da dinâmica dos vetores climáticos, bem como conhecer a posição do eixo da terra; apenas para citar dois exemplos nos quais as pesquisas estão bastante avançadas e que os conhecimentos da geografia contribuíram para o desenvolvimento.

Nessa perspectiva, através do território, é possível compreender, analisar e estudar, geograficamente, o fenômeno da educação. Nesse entrelace de educação/território, é possível articular urbanização, produção econômica, serviços, referências identitárias, sociedade, ambiente, ou seja, toda uma dinâmica espacial. Assim, essa gama de vetores que a geografia utiliza em suas análises somente pode ser compreendida a partir da conexão do que se ensina em sala de aula e a experimentação do território por parte dos alunos.

Provavelmente os alunos do IFBA, na sua grande maioria, objetivam chegar ao ensino superior. Contudo, esse não é o escopo principal dos professores geografia, isto é, serem comparados com professores de curso pré-vestibular (sem nenhum demérito, pois, são objetivos diferentes dentro do processo de educação). Assim, a proposta de ensino de geografia ofertada no IFBA - Campus Porto Seguro, tem um caráter formador em sua totalidade, por isso concordamos com o pressuposto de que “a educação seja mais abrangente e menos parcelizada e pontual, exigindo uma verdadeira formação e não, apenas, um treinamento” (SANTOS; SILVEIRA, 2000, p. 64). Assim sendo, claramente o modelo de ensino imposto pelas condições pandêmicas prejudicou o processo de ensino-aprendizagem dentro da disciplina de geografia.

Não temos competência teórico-metodológica para analisar a dinâmica de outras disciplinas, mesmo porque as estratégias de ensino empreendida nas salas de aula dependerão quase sempre da formação e da ideologia de cada professor. Na sala de aula de geografia consideramos que as aulas presenciais, onde acontecem os contraditórios



entre alunos e professores/ alunos entre alunos, são imprescindíveis para que a geografia continue a ser uma ciência útil para toda a sociedade.

O TERCEIRO MUNDO EM QUE VIVEMOS

A expressão “terceiro mundo” ficou em desuso desde que o planeta assistiu à queda da União das Repúblicas Socialistas. Soviéticas. Entretanto, as bipolaridades como capitalismo/socialismo, direita/esquerda, norte/sul não servem para analisarmos a esfera onde vivemos justamente porque esse mundo é altamente diversificado e não pode ser dividido apenas em duas partes. Assim, vamos utilizar o “terceiro mundo” como significado de pobreza, mas, na perspectiva de que exista o quarto, o quinto, o sexto mundo, inclusive dentro de um mesmo território porque “num mesmo lugar, os elementos de modernização que correspondem à evolução mundial não realizam seu impacto ao mesmo tempo” (SANTOS, 1991, p.109).

Conforme já descrevemos, Porto Seguro é um reflexo da diversidade que existe no mundo quando fazemos uma analogia com as escalas global, nacional e regional. Assim, o “mundo” Porto Seguro é recheado de contradições benignas e perversas, frutos de uma política histórica do nosso país, que sempre foi norteadada pela centralização dos privilégios.

O subdesenvolvimento presente no terceiro mundo, inclusive, na escala local, isto é, no território municipal, pode ser identificado de várias formas.

- Nossos alunos, carentes economicamente, ainda precisam conciliar os estudos com o trabalho; estamos falando de pessoas na fase da adolescência;

- Nossa escola ainda não tem infraestrutura para oferecer um ensino integral; sabemos o quanto é fundamental a permanência no ambiente escolar que seja possível oferecer e desfrutar de uma formação ampla;

- Alguns alunos não têm uma alimentação adequada dentro de suas casas;

- Não são raros os casos de alunas que sofrem abusos de todas as formas, seja em casa ou no trabalho;

- Há um considerável número de alunos que habita em lugares opacos e que conseqüentemente vivem por trás de uma linha abissal.



- Pais que criam filhos com alguma necessidade especial em um território onde a medicina especializada ainda é bastante incipiente ou inexistente.

Essas não são características exclusivas de grande parte dos nossos alunos do IFBA, são características encontradas na maioria do território brasileiro. Portanto, o que foram listados aqui, são alguns dos fatores que caracterizam os países do terceiro mundo, que em sua maioria não se preocupa com o bem-estar social dos jovens e, por conseguinte, com uma escola moderna e acolhedora como parceira no desenvolvimento do país. Uma luz pode estar no “fato de que a globalização esteja a sua fase declinante pode fazer crer que o Estado-nação possa recuperar as funções sociais, dentre as quais exatamente a de velar para que a nação, como um todo, tenha acesso a bens fundamentais” (SANTOS; SILVEIRA, 2000, p.65).

Geralmente a ideologia de governo em países do terceiro mundo não é original, pois sempre é copiada de um país com o qual mantém uma relação de subserviência. E isso independe de coloração partidária, passa muito mais pelo comportamento, pelo caráter do governante. Estabelecida essa análise, há uma pergunta que deve ser feita: há cidadania no Brasil? Concordando com Milton Santos (2020) percebemos que

em nenhum outro país foram assim contemporâneos e concomitantes processos como a desruralização, as migrações brutais desenraizadoras, a urbanização galopante e concentradora, a expansão do consumo de massa, o crescimento econômico delirante [...] a degradação das escolas (SANTOS, 2020, p.25).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse texto poderia ser um roteiro de uma aula de geografia. Uma aula que abordaria a relação da educação com o território e suas variantes, entre elas o cenário de pandemia que estamos vivendo. Essa é uma reflexão produzida por dois geógrafos, então, não teria como dissociar a elaboração do texto com temas que permeiam o ensino de geografia no IFBA campus Porto Seguro, sobretudo, temas que estão na vanguarda das discussões de diversas áreas do conhecimento. Ademais, o espaço, objeto de estudo



da geografia é dinâmico, tanto por ações antrópicas ou por meio da ação de fenômenos naturais.

Alunos, professores, escola compõem um território, são parte da sociedade, portanto, não estão alheios nem estão ilesos aos processos que transformam os territórios. Nesse sentido, a pandemia atingiu a todos em diferentes níveis. Se o contexto pandêmico demonstrou que é fundamental o aperfeiçoamento por parte dos professores em relação ao uso de ferramentas tecnológicas para o ensino remoto, por outro lado, houve uma valorização por parte dos pais e da sociedade em sua totalidade, sobre a importância do ambiente escolar.

A ideia de que o ensino poderia ser realizado dentro de casa pelos pais ou via remota, inclusive, essa foi uma ideia amplamente divulgada pelo Presidente Jair Bolsonaro, foi rapidamente desmoronada pela pandemia. Aliás, uma proposta dessa apenas poderia ser concebida por quem não deseja oferecer mobilidade aos jovens que moram nas zonas rurais, para que esses jovens fiquem confinados em seus territórios. A escola, para além de ser um ambiente apropriado para o processo de ensino-aprendizagem, é também um lugar coletivo, de socialização dos pensamentos antagônicos, portanto, é um lugar de diferentes falas.

Não há como ensinar geografia apenas dentro dos limites da sala de aula, tampouco através de atividades remotas. Concordamos com o Professor Milton Santos (2002, p. 36) quando esse diz que “a sociedade é algo, não vou dizer abstrato, mas ela não existe fora do território, e sim por suas relações com ele. A partir da geografia podemos chegar a uma reconstrução do país como sociedade nacional”. A geografia já utiliza inúmeras ferramentas tecnológicas que complementam o ensino teórico e prático conjuntamente com a análise crítica do mundo em que vivemos. Ver os elementos naturais de uma paisagem tão somente através da tela de um computador se configura apenas uma parte do ensino. Assim como pensar o território criticamente e não o conhecer fisicamente também é um ensino pela metade.

Indubitavelmente a pandemia nos forçou a pensar em outras formas de ensino, mas a essência do ensino da geografia pensando na totalidade de um território não poderá ser substituída por nenhum mecanismo que não seja o reconhecimento do território através de sua cultura, do seu clima, dos seus odores e da sua diversidade



econômica e social, que se entrelaçam formando as características de cada território, pois cada território é singular, ainda que tenhamos uma visão global.

REFERÊNCIAS

DANTAS, A.; TAVARES, M. A. Introdução ao pensamento de Milton Santos: reflexões sobre o “Trabalho do Geógrafo...”. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, [S. l.], v. 15, n. 3, p. 139-148, 2011. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2011.74237. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74237>. Acesso em: 26 jan. 2021.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 7^a.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020.

SANTOS, Milton. **O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania**. Organização, apresentação e notas de Wagner Costa Ribeiro; ensaios de Carlos Walter Porto Gonçalves. São Paulo: Publifolha, 2002.

SANTOS, Milton. **O trabalho do geógrafo no terceiro mundo**. 3^a.ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O ensino superior público e particular no território brasileiro**. Brasília – DF. ABEMES, 2000.